MESMOS SÓCIOS – PROIBIÇÃO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MANUTENÇÃO – DECISÃO – RECURSO DESPROVIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1 - Presume-se fraude quando a sociedade empresarial, que procura participar de certame licitatório, possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e/ou sócio-gerente com a entidade apenada com as sanções de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, previstas no inc. III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93. O contexto fático ocorrido na Tomada de Preços nº 01/2015, amolda-se à jurisprudência.

2- No que tange às alegações recursais falece razão ao Recorrente, pois a jurisprudência do C. TCU – Acórdão nº 2218/2011 – figura pacífica ao afirmar que para que seja possível presumir a intenção ilícita, é preciso que possua objeto social similar e, em acréscimo, sócios-controladores e/ou sócios-gerentes em comum com a entidade apenada.

3- O STJ admite a extensão da penalidade administrativa à nova sociedade constituída – por meio da desconsideração da personalidade jurídica uma vez configurada abuso de forma e fraude. Precedente.

4- Manutenção da penalidade.

5- Recurso desprovido.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 13 de setembro de 2018.

DESEMBARGADOR JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA GAM,A, MEMBRO SUBSTITUTO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Documentos da DG**Portarias****PORTARIA Nº 498, de 28/09/2018.**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, de acordo com os autos de protocolo nº 19.147/2018, atendidas as exigências contidas na Resolução TSE nº 22.582/2007 e na Resolução TRE/ES nº 87/2008 e de acordo com o art. 2º da Resolução TRE/ES nº 87/2008, RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado da avaliação de desempenho, considerado satisfatório, tornando a servidora **Livia Fernandes Ramos**, Técnico Judiciário, apta à progressão da Classe A, Padrão 4, para a Classe A, Padrão 5.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 496 / 2018

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTA REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Reunião com os juízes eleitorais para tratar de assuntos atinentes à segurança do pleito eleitoral 2018.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA : 01/10/2018

DATA DE SAÍDA: 01/10/2018

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: ALCEMIR DOS SANTOS PIMENTEL CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00

NOME: AKEL DE ANDRADE LIMA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00